

Presidente do Sintram analisa mais uma derrota do governo brasileiro na Organização Internacional do Trabalho

Brasil permanece na lista suja por desrespeitar convenções internacionais com a reforma trabalhista



Termina nesta sexta-feira (8), em Genebra, na Suíça, a 107ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reúne cerca de cinco mil representantes de 187 países. O Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) está representado na Conferência de Genebra, como uma das instituições sindicais filiadas à Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), que participa do evento com o presidente José Calixto Ramos, e à Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), representada pelo seu presidente João Domingos.

Nesta quinta-feira (7), a Comissão de Aplicação de Normas da OIT, apresentou o Projeto de Conclusão sobre o Caso Brasil, pela qual o governo Temer terá que encaminhar à Comissão de Peritos da Organização, até novembro deste ano, explicações sobre a reforma trabalhista,

respondendo à denúncia de que a Lei 13.467\2017, fere a Convenção 98, que trata do direito de negociação coletiva e de organização sindical dos trabalhadores.

Assim, além de permanecer na chamada “lista suja” dos 24 países que afrontam as normas trabalhistas internacionais, o Brasil terá que encaminhar explicações ao Comitê de Peritos da OIT fundamentando a sua defesa de que o governo não desrespeitou a Convenção 98.

Para a presidente do Sintram, Luciana Santos, diante da teimosia do governo brasileiro em realizar a reforma trabalhista sem ouvir as centrais e seus sindicatos, cortando direitos e ferindo regras internacionais, já era previsto que o Brasil sofreria sanções internacionais. “O Sintram saiu às ruas, chamou a população para a luta e mostrou que a reforma trabalhista seria catastrófica para o povo brasileiro. No entanto a propaganda oficial e mentirosa

sufocou as manifestações e o Congresso, comprometido com os desmandos do governo Temer, aprovou uma reforma trabalhista que já traz consequências muito graves para o trabalhador. A decisão tomada em Genebra confronta o Brasil mais uma vez com a comunidade internacional”, analisou.

A denúncia apresentada à OIT partiu do entendimento das centrais sindicais brasileiras de que, com a lei 13.467\2017, o governo brasileiro criou dispositivos que interferem na negociação coletiva, ao facultar a negociação individual; precariza as relações de trabalho, com a adoção do trabalho intermitente e trabalho autônomo sem vínculo empregatício e fere princípios do trabalho decente.

A defesa do governo na Comissão de Aplicação de Norma através do Ministro do Trabalho, Helton Yomura, não se ateu aos aspectos técnicos do caso, mas descambou para agressões às entidades sindicais brasileiras e aos membros da Comissão de Peritos, numa intervenção completamente equivocada em relação aos métodos de diplomacia que regem o diálogo social na OIT.

O governo não conseguiu apresentar argumentos que justificassem a reforma

trabalhista, em especial quanto a ausência das centrais sindicais nos debates, rompendo com o princípio do tripartismo. O xingatório do ministro mereceu censura até mesmo de outros governos, como se deu com representantes do Reino Unido, considerando que faltou cordialidade ao Ministro do Trabalho.

Portanto, longe de se livrar do problema, o governo brasileiro sofreu derrota internacional, terá que se explicar à Comissão de Peritos apresentando as suas alegações até o mês de novembro, atendo-se exclusivamente aos aspectos técnicos do caso. Será, de fato, uma situação difícil para o governo, explicar o inexplicável. A denúncia apresentada, com sólidos e fartos dados concretos, sem qualquer viés partidário, aponta o desastre que significa a Lei 13.467\2017, o pior ataque sofrido pelos trabalhadores e trabalhadoras do Brasil.

Na sua fala, depois do anúncio da decisão da Comissão de Normas, o ministro Yamura foi, mais uma vez, equivocado e infeliz ao agredir os membros da Comissão de Peritos, demonstrando constrangedor desconforto.

Com informações da CSPB

Fundador do PSC é acusado de pagar prostitutas com dinheiro de fundo partidário



O fundador e ex-presidente nacional do Partido Social Cristão (PSC), Vitor Jorge Abdala Nösseis, é investigado pelo Ministério Público de Minas Gerais por suspeita de ter desviado recursos do fundo partidário para pagar prostitutas. Os recursos do fundo eram originalmente destinados à Fundação Instituto Pedro

Aleixo (Fipa), entidade vinculada ao partido até o ano passado. O próprio partido entregou ao MP mineiro e à Polícia federal, ainda em 2017, uma gravação em que Nólseis afirma ter usado o dinheiro para “comer putas”. O diálogo do áudio, revelado pelo site de um jornal carioca, faz parte da prestação de contas de 2017 do partido entregue ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em trecho da gravação, Nólseis afirma ter conhecimento de uma “fofoca” de que teria dado dinheiro da fundação para “comer as puta”. “Diz que eu dei dinheiro, né? Eu dei dinheiro da fundação para comer as puta... Conversa dela. Falei assim: Dei mesmo, e comi. Qual o problema? E agora? Vai fazer o que comigo? Dei, mas elas se formaram. Recuperei elas todas pra vida”, diz o ex-dirigente partidário. Ele também cita dois nomes, “Samanta” e “Keila”, afirmando que elas “viraram gente” na Europa.

A sigla afirma que o ex-presidente nacional foi expulso no ano passado e que a fundação também não tem mais ligação com o PSC. Nólseis, fundador do partido e presidente do PSC por 30 anos, entre 1985 e 2015, afirmou ao jornal que a gravação é “clandestina e apócrifa”, manipulada a pedido do atual presidente do PSC, pastor Everaldo. O atual manda-chuva da legenda foi candidato à Presidência da República em 2014.

O partido tem complicações com denúncias e prestação de contas desde 2015. Naquele ano, com a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de que as prestações de contas das siglas deveriam explicitar recursos destinados e gastos efetuados pelas fundações, a Fipa deixou de entregar documentos e de cumprir prazos legais. No ano passado, os repasses para a fundação foram suspensos a pedido do próprio PSC.

Fonte: Congresso em Foco

Deputados torram o equivalente a 48 toneladas de café com aluguel de máquinas de expresso



Um cafezinho, por favor! Essa é uma das frases que o brasileiro mais repete ao longo do dia. A segunda bebida mais consumida do país – atrás apenas da água – é também uma das paixões dos parlamentares. Em particular, para um grupo de 68 deputados mais exigentes na hora de consumi-la. Insatisfeitos com a qualidade da mistura de pó e água servida nas comissões, no plenário e nos gabinetes dos demais colegas, eles torram dinheiro público para alugar as tradicionais máquinas de café expresso. Três lideranças partidárias (DEM, Solidariedade e Podemos) também fornecem cafés do tipo longo e curto, todos moídos na hora.

Desde o início da atual legislatura, em fevereiro de 2015, lá se foram R\$ 600 mil com o aluguel dessas maquininhas que, além do cafezinho, entregam outras delícias, como cappuccino, mocaccino e chocolate quente. O valor sai da cota para o exercício da atividade parlamentar, uma verba pública destinada a cobrir gastos atribuídos pelos congressistas ao mandato, como aluguel de escritório político, passagens aéreas, locação de veículos e despesas com combustíveis. A prática não é ilegal. A brecha está associada ao uso da cota para a manutenção do gabinete.

O valor equivale ao consumo de 48 toneladas de pó quando comparado com o que toda a Câmara gastará apenas este ano com a compra de 53,5 toneladas de café. Com essa quantia, é possível satisfazer a vontade dos 16 mil funcionários, jornalistas e os milhares de visitantes da Casa. Todos têm direito a beber sem desembolsar nada. De acordo com o edital da compra, os grãos torrados

são de primeira qualidade. A empresa vencedora foi a Odebrecht Café. Apesar do nome, a marca não faz parte do grupo envolvido na Operação Lava Jato. Pertence a outro ramo da família.

O deputado Aluísio Mendes (Podemos-MA) não dispensa um café expresso. Ele já gastou R\$ 23,8 mil com o aluguel da máquina desde o início da legislatura. Valor devidamente reembolsado pela Câmara. O maranhense não retornou o contato da reportagem. Quem também não abre mão de um expresso é o deputado Nilton Capixaba (PTB-RO). O petebista é o que paga o aluguel mais caro entre os 71 parlamentares. São R\$ 977 por mês com a maquininha que serve, de acordo com o fabricante, oito tipos de bebida. Outros colegas dele alugam por menos de R\$ 600.

“Levando em consideração que o aluguel proporciona uma combinação de diversas bebidas e para proporcionar um atendimento melhor aos prefeitos, vereadores e diversas pessoas que visitam o meu gabinete, vejo que o aluguel da máquina é importante para os trabalhos do meu gabinete”, alegou Capixaba ao Congresso em Foco. O petebista atribui a diferença entre o aluguel pago por ele e outros parlamentares a uma “cláusula contratual”. Considerando-se a média de funcionários por gabinete, cada bebida extraída de uma máquina de expresso pode custar até R\$ 2,39 por dia. Do valor total, R\$ 575,8 mil foram gastos na legislatura pelos deputados e os outros R\$ 22,3 milhões pelas três lideranças partidárias.

Fonte: Congresso em Foco

Condenado na Máfia dos Sanguessugas, Cabo Júlio será levado para a prisão



O deputado estadual Cabo Júlio (MDB) gravou um vídeo nesta quinta-feira (7) dizendo que ser o dia mais triste de sua vida. Na mensagem, ele fala sobre a decisão do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, que determinou sua imediata prisão pela condenação na Máfia dos Sanguessugas. O vídeo foi gravado no Monte do Palmares, na Região Nordeste de Belo Horizonte, onde sempre faz orações. Ele diz ter sido ajudado por um empresário na campanha e que depois todos os políticos que receberam dele foram processados.

O desabafo foi publicado no blog do deputado com o título "Por favor, me ajudem em oração e cuidem da Fernanda e do Gugu". Segundo Cabo Júlio, a Justiça entendeu que receber dinheiro de empresário corrupto também é ser corrupto. "Sou a primeira pessoa do mundo que foi julgada só uma vez e é presa. Hoje a Justiça determinou a minha

prisão. É um dos dias mais tristes da minha vida", afirmou no vídeo.

Na verdade, o parlamentar foi condenado duas vezes pelo envolvimento em um esquema de fraude em licitações de municípios para a compra de ambulâncias com verbas do Ministério da Saúde. Como informou o **Jornal Estado de Minas** na manhã desta quinta-feira (7), dois ofícios determinando a execução provisória das penas às quais ele foi condenado em segunda instância foram emitidos pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1). A condenação por improbidade administrativa lhe impõe quatro anos de reclusão e 40 dias-multa.

Em outubro de 2016, Cabo Júlio foi condenado mais uma vez a pena de seis anos de detenção em regime semiaberto e ao pagamento de mais 50 dias-multa à proporção de um salário mínimo de 2006.

Fonte: Estado de Minas

Senado funcionará em meio expediente nos dias de jogo do Brasil

Os trabalhos do Senado serão reduzidos a meio expediente nos dias de jogos do Brasil na Copa do Mundo. O ato que traz os horários diferenciados durante o campeonato foi assinado nesta quinta-feira (7) pelo primeiro-secretário da Casa, senador José Pimentel (PT-CE).

O documento estabelece que a jornada de trabalho no Senado será iniciada às 14h nos dias em que os jogos da seleção brasileira forem realizados pela manhã. Quando a partida for à tarde, as atividades serão encerradas às 13h.

Não haverá desconto do banco de horas dos servidores e a jornada de trabalho

semanal será reduzida proporcionalmente à redução feita no dia de jogo.

“Caberá aos titulares das unidades assegurar a integral preservação e funcionamento dos serviços considerados essenciais”, define o ato, sem deixar claro quais atividades do Senado são consideradas essenciais.

Na primeira fase da Copa do Mundo da Rússia, o Brasil vai jogar nos dias 17 de junho (domingo), 22 de junho (sexta-feira) e 27 de junho (quarta-feira).

Fonte: Folha de S.Paulo